

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**  
**Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI**  
**Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL**

**Av. Comissão do Vale do São Francisco, S/nº - Piranga – Juazeiro – Ba – CEP: 48.901-900**  
Tels: (74) 3614-6232 – Fax: (74) 3614-6231 – e-mail: 6a.sl@CODEVASF.gov.br

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 59560.000726/2017-04

\_\_\_\_\_  
6ª/SL

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **EDITAL Nº 04/2017**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE GEOMEMBRANAS EM PEAD DE 1MM, TIPOS LISA E TEXTURIZADA, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE COMPENSAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MANDACARU, NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM JUAZEIRO NO ESTADO DA BAHIA.**

**Juazeiro - BA**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017**

PROCESSO Nº 59560.000726/2017-04

**A V I S O**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, por meio da *internet*, conforme Decreto nº 5.450, de 31/05/2005.

**OBJETO:** Contratação de empresa(s) para fornecimento, transporte, carga e descarga de Geomembranas em PEAD de 1 mm, tipos lisa e texturizada, para impermeabilização de Reservatório de Compensação do perímetro Irrigado de Mandacarú, localizado no Município de Juazeiro/BA, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.

**DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** o Edital estará disponível para consulta e retirada nos sítios: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), bem como na Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº - Piranga – Juazeiro – BA – CEP: 48.901-900, telefone (74) 3614-6232, no horário de 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, a **partir do dia 06 (seis) de outubro de 2017.**

**DATA/HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS:** Após a liberação do Edital pelo COMPRASGOVERNAMENTAIS até o horário limite do início da Sessão Pública. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**DATA E HORA PARA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO:** a partir das 09h00 (nove horas – Horário de Brasília) do dia 19 (dezenove) de outubro de 2017.

**LOCAL DA SESSÃO:** O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da internet: **HYPERLINK** [http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**OBSERVAÇÃO:** A Guia de Retirada de Edital (Anexo VI) deverá ser remetida pelo fax (74) 3614-6231 ou email: [6a.sl@codevasf.gov.br](mailto:6a.sl@codevasf.gov.br), quando este for retirado no sítio da CODEVASF ou do Comprasgovernamentais. Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o sítio da CODEVASF para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

Juazeiro-BA, 04 de outubro de 2017.

**PRISCILA MARTINEZ MARTINEZ**  
Superintendente Regional - Substituta

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**ÍNDICE**

1. DO OBJETO E DA LEGISLAÇÃO
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. DA INTERPRETAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS
4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
6. DA INCLUSÃO/ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
7. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
9. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
10. DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ORÇADO
15. DO PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS
16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
17. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
18. DO TRANSPORTE, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
19. DA FISCALIZAÇÃO
20. DAS PENALIDADES
21. DAS MULTAS
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**ANEXOS**

**ANEXO I - TERMOS DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES  
TÉCNICAS / PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**ANEXO II - TERMO DE PROPOSTA**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO**

**ANEXO IV – ORDEM DE FORNECIMENTO**

**ANEXO V - FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

**ANEXO VI - GUIA DE RETIRADA DO EDITAL**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL Nº XX/2017**

**PROCESSO Nº 59560.000726/2017-04**

**DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS:** A partir da disponibilização do Edital no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) até às **08h59** (oito horas e cinquenta e nove minutos – Horário de Brasília) do dia 18 (**dezoito**) de outubro de 2017., respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

**DATA/HORA DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA):** a partir das **09h00** (nove horas – Horário de Brasília) do dia 19 (dezenove) de outubro de 2017.

Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**1. DO OBJETO E DA LEGISLAÇÃO**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de sua Secretaria de Regional de Licitações – 6ª/SL, torna público aos interessados que na data, horário e local estabelecidos no presente Edital, fará realizar licitação **para fornecimento, transporte, carga e descarga de Geomembranas em PEAD de 1 mm, tipos lisa e texturizada, para impermeabilização de Reservatório de Compensação do perímetro Irrigado de Mandacarú, localizado no Município de Juazeiro/BA, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf., localizados no Estado da Bahia., conforme especificado planilha orçamentária/especificações (Anexo I) deste edital :**

- 1.1. **As descrições dos materiais, quantidades estimadas, preços máximos constam na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Estimados, anexo I – Termo de Referência / Especificações Técnicas / Planilha.**
- 1.2. **Todos os fornecimentos deverão atender as exigências descritas nas especificações técnicas, anexo I deste edital, bem como as condições estabelecidas no item 2 – DESCRIÇÕES GERAIS dos Termos de Referências, anexo I deste edital.**
- 1.3. Esta licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** e do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 2.271, de 07/07/97 e no Decreto nº 8538/2015, de 06/10/2015 , da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei nº 12.690 de 19/07/2012, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.
- 1.4. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada nos sítios: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser adquiridos na sala da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, do Edifício Sede da 6ª. Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Avenida Comissão do Vale

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

do São Francisco, s/nº - Piranga – Juazeiro/BA - CEP 48.900-900, no horário das 8h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e das 13h30 (treze e trinta) às 17h30 (dezessete e trinta) horas, mediante o recolhimento à CODEVASF da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), conforme o disposto no § 5º do art. 32 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

- 1.4.1. Os interessados que retirarem o Edital através da Internet deverão preencher a Guia de Retirada do Edital (Anexo VI) que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do fax (74) 3614-6231, dados estes necessários para comunicar eventuais respostas às consultas formuladas. Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o sítio da CODEVASF para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos. **A não entrega deste documento exige a CODEVASF de qualquer reclamação sobre esclarecimentos ao Edital e seus Anexos.**

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico Microempresas e empresas de Pequeno Porte que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), para acesso ao sistema eletrônico, conforme previsto no item 3 deste Edital.
- 2.2. **O item 2 - MANTA TERMOPLASTICA, PEAD, GEOMEMBRANA TEXTURIZADA EM AMBAS AS FACES, E = 1,00 MM (NBR 15352), constante da planilha orçamentária e informado no item 2 do Termo de Referência, será destinado EXCLUSIVAMENTE a microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei 123 de 14 de dezembro de 2006.**
- 2.3. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 2.4. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
- a) credenciar-se no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);
  - b) remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no subitem 6.1 deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet**;
  - c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005);
  - d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto nº 5.450/2005);

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Administração Pública ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF;
- d) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;

2.6. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação nem a participação sob a forma de consórcio.

2.7. As licitantes deverão apresentar propostas para a integralidade dos itens discriminados nas Especificações Técnicas e Planilha de Preços Estimados dos Termos de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

2.8. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos, e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.9. Por se tratar apenas de aquisição de materiais, não se faz necessária a visita do licitante a esta Superintendência.

### **3. DA INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, via Internet, pelo e-mail: [6a.sl@codevasf.gov.br](mailto:6a.sl@codevasf.gov.br). As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 3.2 A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes deste Edital e seus Anexos.
- 3.3 As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos fornecimentos, seus custos e prazos.
- 3.4 Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, deverá alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via internet, no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.5 A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições do presente Edital e anexos.
- 3.6 A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre a licitante e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.
- 3.7 Além das Especificações Técnicas constantes nos Termos de Referência, Anexo I do presente Edital, deverão ser também observadas no fornecimento dos materiais as Normas Técnicas da ABNT e do INMETRO.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 4.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.
- 4.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração dos Termos de Referência e do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.
- 4.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

**5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 5.1.1 O credenciamento da licitante no sítio do Comprasnet dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.3. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

**6. DA INCLUSÃO/ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 6.1. Após a divulgação do Edital no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), a licitante deverá incluir sua Proposta de Preços, **com observância aos preços máximos unitários e globais orçados pela CODEVASF**, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado **“Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”**, devendo descrever os materiais em conformidade com o objeto deste Edital, contemplando o **valor Unitário no campo “valor unitário” e valor Total no campo “valor total”**, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como tributos, transporte de pessoal, carga/descarga, mão-de-obra, alimentação, seguro e quaisquer outras incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (art. 21, *caput*, Decreto nº 5.450/2005).
- 6.1.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 6.1.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.1.5. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado **“Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”**, a licitante compromete-se a fornecer os materiais objeto deste Edital, sem preterição do que consta



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

das Especificações Técnicas que contam nos Termos de Referência – Anexo I – parte integrante deste Edital.

**7. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 7.1. **A partir das 09h00 (nove horas – Horário de Brasília) do dia 19 (dezenove) de outubro de 2017**, e em conformidade com o subitem 8.1 deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 04/2017 – 6ª/SL**, com a divulgação das Propostas de Preços incluídas e aceitas pelo sistema.
- 7.2. **O pregoeiro analisará as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005), bem como aquelas que contenham irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento, dando assim início à etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.**

**8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 8.1.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, pelo **VALOR POR ITEM**, quando então as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.2.1. A disputa ocorrerá com base no **VALOR POR ITEM**, sagrando-se **vencedora aquela que ofertar o menor preço por item**, observando-se o menor preço unitário e global orçado pela CODEVASF, para cada item.
- 8.3. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2º, 3º, 4º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 8.6. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 8.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.8.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.8.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**.
- 8.9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- 8.10. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.
- 8.10.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 8.11. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas proposta e lances (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).
- 8.12 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto nº 5.450/2005).
- 8.13 O Pregoeiro poderá anunciar a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.
- 8.13.1 O fornecimento objeto deste Edital poderá ser acrescido ou diminuído, de acordo com as necessidades e conveniências da CODEVASF, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**9 DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao orçamento para contratação e verificará a viabilidade de sua aceitação, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos (art. 25 do Decreto nº 5.450/2005).

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 9.2. O Pregoeiro poderá anunciar a licitante vencedora após o encerramento da sessão pública, observados os prazos recursais, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.3. Se a proposta de preços da licitante declarada vencedora não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.4. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor preço global, no sentido de que seja obtido melhor preço, e ainda:
- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçado pela CODEVASF;
  - b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçado pela CODEVASF, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
  - c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação.
- 9.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.5. No caso de não comparecimento da licitante vencedora entrega da Ordem de Fornecimento - OF no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, o Pregoeiro (a) da licitação poderá também negociar a proposta subsequente.
- 9.6. Não serão aceitas propostas com preços unitários e global superior ao valor orçado pela CODEVASF, ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 9.6.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 9.6.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto ao licitante vencedor para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
  - b) consultas a entidades ou conselho de classe, sindicatos ou similares;
  - c) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
  - d) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
  - e) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
  - f) demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 9.7. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 9.8. Também será desclassificada a proposta que, após a diligência, não justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.
- 9.9. No julgamento das propostas o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e aceitação (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 9.10. Erros aritméticos serão retificados desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas:
- a) se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
  - b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso;
  - c) se houver discrepância entre os valores unitários, prevalecerá o valor da Composições de Preços Unitários.
- 9.10.1. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta não serão considerados.
- 9.10.2. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 9.10.1 a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de desclassificação.
- 9.10.3. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 9.11. Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos
- 9.12. A Proposta de Preços da licitante declarada vencedora, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 6.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante declarada vencedora, contemplando os valores unitário e total, e **enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema comprasgovernamentais, em arquivo único, a proposta de preço devidamente adequada ao último lance ou valor negociado ou enviar para o email da 6a.sl@codevasf.gov.br, no prazo de até 03 (três) horas, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, e se constituirá do seguinte:**
- a) Razão Social, endereço, telefone/fax, e-mail, número do CNPJ/MF, banco, agência, número de conta-corrente e praça de pagamento, número dos telefones fixos e

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

celular do representante da empresa, e nome e qualificação do representante que assinará o contrato ou Ordem de Fornecimento - OF;

- b) **Ficha de Identificação da Licitante** (Anexo V) devidamente preenchida com todos os dados nela solicitados, não sendo documento de habilitação, porém, recomendamos o envio devidamente preenchida;
  - c) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;
  - d) As Especificações Técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Edital e Especificações Técnicas que constam nos Termos de Referência – Anexo I deste Edital;
  - e) Termo de Proposta, **em papel timbrado da licitante**, constante do Anexo II, que é parte integrante deste Edital, devidamente preenchido.
  - f) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os materiais;
  - g) **Declaração própria, em papel timbrado da licitante, de que se compromete a entregar os itens em conformidade com o Termo de Referência e Especificações Técnicas, que é parte integrante deste Edital.**
- 9.13. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.
- 9.13.1. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico da unidade solicitante, para subsidiar no julgamento da proposta.
- 9.13.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema compras governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, para que sejam encaminhados no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 9.13.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro ou à Secretaria Regional de Licitações, no Edifício Sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.
- 9.13.2.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 9.14. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável mas os preços unitários que compõem necessitam de ajustes aos valores orçados pela CODEVASF;
- 9.15. **Deverão ser observados os benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.**
- 9.15.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 9.15.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.
- 9.15.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, e aquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.15.4. Para efeito do disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
  - c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.15.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

- 10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta por **ITEM**, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

### **10.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS), e da habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL);
- a1) na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;
- a2) em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sítios correspondentes, e se apresentados de outra forma, deverão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- a3) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- b) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) declaração de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, de que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, e de que encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III, parte integrante deste Edital;
- d) declaração de Elaboração Independente de Proposta, Anexo II, parte integrante deste Edital;
- e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT conforme disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.**

**e.1) A situação de adimplência perante a Justiça do Trabalho poderá ser confirmada no ato da realização do certame licitatório, sendo considerada, para efeito de validade, a certidão mais recente.**

- f) A CODEVASF procederá verificação junto ao sítio [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública.

**10.1.2. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

b1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

b.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou,
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b2) As empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 01 (um) em todos os índices referidos abaixo serão consideradas habilitadas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

**LG - Liquidez Geral**

**SG - Solvência Geral**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**LC - Liquidez Corrente**

- 10.2. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem os subitens 10.1.1., 10.1.2. acima, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação solicitada **no prazo de até 02 (duas) horas, enviando-a para o e-mail “6a.sl@codevasf.gov.br”, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados da data da comunicação da CODEVASF por intermédio do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 10.3. **No caso de envio da documentação solicitada por e-mail, a licitante deverá requerer a confirmação imediata do recebimento.**
- 10.4. A validade das certidões referidas no subitem 10.1.1 e alínea “a” do subitem 10.1.2. corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.5. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de recebimento das propostas.
- 10.5.1. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará o fornecimento, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 10.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 10.1.1 deste Edital, no que couber.
- 10.6.1. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e
  - b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.7. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de emissão da Ordem de Fornecimento - OF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, *caput*, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

- 10.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 10.9. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte é condição para emissão da Ordem de Fornecimento – OF.
- 10.10. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.8. acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).
- 10.11. Será considerada vencedora do presente Pregão, a licitante que, atendidas as exigências fixadas no Edital com relação à aceitação da proposta e os documentos de habilitação, **ofertar o menor preço por ITEM.**
- 10.12. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 10.13. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.14. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

**11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 11.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 11.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada classificada em primeiro lugar.
- 11.4. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, no do Edifício Sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado na Av. Comissão do Vale do São Francisco, S/nº Piranga – Juazeiro - Ba, nos dias úteis no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e de 13h30 (treze e trinta) às 17h00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira.
- 11.6. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 11.6.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 12.1.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. A adjudicação do item será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação de cada item ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 12.3. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 12.4. O Pregoeiro ou autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade de cada item cotado, antes da homologação do certame.

**13. DA CONTRATAÇÃO**

- 13.1. A licitante vencedora será convocada por escrito para retirar a Ordem de Fornecimento – OF na Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico da CODEVASF – a/SR, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.
- 13.1.1. Nos termos do art. 62 da Lei 8.666/1993, os fornecimentos serão efetivados através de emissão de Nota(s) de Empenho, acompanhada(s) de Ordem(ns) de Fornecimento, aplicando-se, no que couber, o quanto disposto no art. 55 da Lei 8.666/1993.**
- 13.2. O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento – OF poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

especificado no subitem 13.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CODEVASF.

- 13.3. Na assinatura da Ordem de Fornecimento – OF, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4. A recusa injusta da adjudicatária em retirar a Ordem de Fornecimento – OF no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 13.5. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para retirada da Ordem de Fornecimento – OF no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à CODEVASF, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, pode o Pregoeiro, inclusive, negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 20.1 deste Edital.

**14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ORÇADO**

- 14.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelo fornecimento objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 121.457,40 (cento e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos)**, a preço de Julho/2017 (SINAPI), **incluindo taxas, impostos e frete**, observando-se o valor máximo estabelecido de cada item, cujo detalhamento encontra-se discriminado na Planilha de Preços Estimados, parte integrante deste Edital.
- 14.2. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte funcional programática nº 15.244.2029.7K66.0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia, Emenda 13390006/2017

**15. DO PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

- 15.1. O prazo de entrega dos materiais objeto desta licitação será de **60 (sessenta) dias**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento – OF no(a) **Edifício Sede da CODEVASF, 6ª Superintendência Regional, situado na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/n, Bairro Piranga, CEP 48900-900, Juazeiro/BA, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00, de segunda à sexta feira da semana.**

**O transporte, carga e descarga dos bens, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.**

- 15.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 15.3. A contratada deverá contactar a 6ª Gerencia Regional de Infra-Estrutura (6ª/GRD) da CODEVASF, fones (74) 3614-6224 ou (74) 3614-6286, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 24 horas o dia e a hora prevista da entrega.
- 15.4. O meio de transporte e o acondicionamento dos materiais devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 15.5. O recebimento ocorrerá da seguinte forma:
- a) **PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.
  - b) **DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

**16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 16.1 Os pagamentos dos fornecimentos serão efetuados em reais, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF formalmente designada, acompanhada do relatório dos desenvolvidos e do respectivo Boletim de Medição, referente ao mês de competência, observando-se o disposto do evento a seguir.
- 16.1.1 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.
- 16.1.2 A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação, por parte da Fiscalização, do fornecimento faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o art. 9º do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 16.1.3 A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(a) deverão destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/RFB nº 1234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do material ou bem.
- 16.1.4 As faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa ao bem faturado, deverão conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente da licitante vencedora contratada, descrição do objeto contratado, além das devidas conferências e atestados por parte da

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

6ª/SL

Fiscalização. Também deverão estar acompanhadas das faturas, as respectivas tributações inerentes aos fornecimentos.

- 16.1.4.1 A CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos fornecimentos, a partir da qual será observado o prazo citado no subitem 16.1.1, para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 16.1.5 Fica reservado à CODEVASF o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega ou na aceitação dos materiais forem identificadas imperfeições ou divergências em relação às especificações e requisitos de qualidade contidos neste edital.
- 16.1.6 Somente serão pagos os fornecimentos efetivamente executados.
- 16.1.7 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 16.1.8 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos fornecimentos.
- 16.1.9 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 16.1.10 É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração, pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos.
- 16.1.11 Não constituem motivos de pagamento, pela CODEVASF, fornecimentos em excesso, desnecessários à execução do objeto contratado e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento fornecimento algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Edital.
- 16.1.12 A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 16.1.13 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato ou da entrega da Ordem de Fornecimento – OF, se comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

6ª/SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

16.1.14 Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

16.1.15 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 16.1.1, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

**AM = P x I**, onde:

**AM** = Atualização Monetária;

**P** = Valor da Parcela a ser paga; e

**I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

**I** =  $(1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1$ , onde:

**i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

**d** = Número de dias em atraso no mês "m";

**m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

16.1.15.1 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo o último índice conhecido.

16.1.15.2 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

## **17. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

17.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

17.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Edital e iniciar outro processo licitatório.

## **18. DO TRANSPORTE, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

18.1. Para garantir a qualidade dos materiais adquiridos através deste Edital, a LICITANTE fará uma declaração se comprometendo a entregá-los em conformidade com as especificações técnicas descritas na planilha.

18.2. A CONTRATADA se responsabilizará por garantias, seguros, fretes, carga e descarga dos materiais constantes deste edital e dos termos de referência, sem qualquer ônus para a CODEVASF, de modo a garantir a entrega dos mesmos em perfeitas condições, na sede da CODEVASF - 6ª/SR, em Juazeiro – BA

18.3. O prazo de garantia dos materiais objeto deste edital e dos termos de referência, contra defeitos oriundos de fabricação será de, no mínimo, 12 (doze) meses. Caso a garantia

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

oferecida pelo fabricante seja inferior a 12 (doze) meses, a licitante contratada deverá complementar a garantia do bem fornecido, pelo tempo que faltar. A garantia abrange a manutenção corretiva dos bens por intermédio da licitante contratada e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CODEVASF.

- 18.4. A licitante vencedora será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a CODEVASF, **a troca** dos materiais que apresentarem defeito decorrente de falha de fabricação, de projeto ou divergência em relação às especificações técnicas exigidas, devendo a substituição ser realizada no local em que os materiais foram entregues.
- 18.4.1. Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para a CODEVASF, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação.
- 18.5. Decorridos os prazos acima estabelecidos, sem o atendimento devido, fica a CODEVASF autorizada a contratar esses fornecimentos de outra empresa e a cobrar da(s) licitante(s) vencedora(s) os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos bens fornecidos.
- 18.6. O transporte e embalagem dos bens ora licitados, devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade e qualidade, devendo a embalagem ser adequada à sua proteção, tendo em vista que podem ficar estocados em pátios a céu aberto até a montagem. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos.
- 18.7. A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 18.8. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO**

- 19.1. A fiscalização dos fornecimentos será feita por empregado formalmente designado na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 19.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando os fornecimentos que estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste edital, nos termos de referência ou na Ordem de Fornecimento – OF e com as Normas Técnicas da ABNT, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e a facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 19.3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado de acordo com as especificações, dando conhecimento do fato à 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, responsável pela execução do objeto a ser contratado.



6ª/SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 19.4. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução dos fornecimentos, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.
- 19.5. Caberá à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 19.6. Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento da Ordem de Fornecimento - OF, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão interpostos na forma prevista no respectivo item.
- 19.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto a ser contratado.

**20. DAS PENALIDADES**

- 20.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora no fornecimento dos materiais, garantida a prévia defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções aplicadas conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002:
- 20.1.1. Advertência;
- 20.1.2. Multa;
- 20.1.3. Impedimento de licitar e contratar por até 5 (cinco) anos, através do descredenciamento no SICAF.
- 20.2. A CODEVASF não fará nenhum pagamento à Contratada, antes de paga ou relevada multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

**21. MULTAS**

- 21.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do fornecimento, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.
- 21.2. Nos casos de inexecução parcial dos fornecimentos ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 21.3. O atraso na execução dos fornecimentos, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o subitem 21.1 e 21.2 acima.
- 21.3.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, mediante requerimento de resgate da caução de garantia, se for o caso, sem prejuízo de outras apenações previstas em lei;
  - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher à CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 21.3.2. A licitante vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do fornecimento, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da CODEVASF, que procederá ao seu exame.
- 21.3.2.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, que poderá relevar ou não a multa.
- 21.3.3. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 21.3.4. Caso o Comitê de Gestão Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

**22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma do art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos seguintes casos:
- 22.1.1. Cometer fraude fiscal;
  - 22.1.2. Apresentar documento falso;
  - 22.1.3. Fizer declaração falsa;
  - 22.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 22.1.5. Não assinar o fornecimento ou Ordem de Fornecimento – OF no prazo estabelecido;
  - 22.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
  - 22.1.7. Não manter a proposta;
  - 22.1.8. Falhar ou fraudar na execução do fornecimento;
  - 22.1.9. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- 22.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.
- 22.3. A multa constante do subitem 21.2. é meramente moratória, não isentando a licitante vencedora do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.5. A(s) multas serão estipuladas na forma do item 21.

**23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**23.1. DA CONTRATANTE**

23.1.1. Solicitar o fornecimento do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

23.1.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

23.1.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

23.1.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

23.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste edital.

23.1.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

**23.2. DA CONTRATADA**

23.2.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste edital.

23.2.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.2.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

23.2.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser argüido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

23.2.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto contratado, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 23.2.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 23.2.7. Substituir o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste edital, no prazo de 10 (dez) dia(s), contados da sua notificação.
- 23.2.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 23.2.9. A prestação do fornecimento e o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital.
- 23.2.10. Fazer constar em destaque na Nota Fiscal/Fatura o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, §6º da IN/RFB nº 1234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal.
- 23.2.11. A entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada.

**24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1. **A LICITANTE deve considerar, no preço unitário proposto por cada item, todos os materiais e fornecimentos necessários, bem como leis sociais, transporte, alimentação, lucro, seguro, despesas indiretas etc.**
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 24.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 24.4. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 24.5. A Ordem de Fornecimento - OF (Anexo IV), regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 24.6. A Ordem de Fornecimento - OF poderá sofrer acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com as necessidades e conveniências da CODEVASF, devidamente justificadas.

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

- 24.7. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não afetem a substância das propostas e dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 24.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 24.9. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 24.10. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 24.11. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 24.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura Ordem de Fornecimento - OF.
- 24.13. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.
- 24.14. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/1993 e suas alterações.
- 24.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 24.16. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8h00 (oito) às 12h00 (doze) e das 13h30 (treze e trinta) às 17h30 (dezessete e trinta) horas, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17h30 (dezessete e trinta) horas do último dia do prazo recursal.
- 24.17. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 24.18. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regente, em especial a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos nº 3.722, de 09/01/2001, 5.450 de 31/05/2005 e 8538/2015, de 06/10/2015, da Lei Complementar nº

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

123, de 14/12/2006, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

- 24.19. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante da Ordem de Fornecimento - OF a ser firmada com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 24.20. O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção de Juazeiro, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juazeiro-BA, 04 de outubro de 2017.

**PRISCILA MARTINEZ MARTINEZ**  
Superintendente Regional - Substituta

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**ANEXO II**  
**TERMO DE PROPOSTA**

DATA: \_\_/\_\_/20\_\_

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF

Av. Comissão do Vale do São Francisco, S/nº - Piranga – Juazeiro – Ba – CEP: 48.901-900

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para \_\_\_\_\_, referente ao objeto do Edital nº ../.. – Pregão Eletrônico, em conformidade com as especificações, no valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_,00 (VALOR POR EXTENSO), perfazendo um valor total de R\$ \_\_\_\_\_,00 (VALOR POR EXTENSO), conforme Planilha de Formação de Preços anexa.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, \_\_/\_\_/\_\_, e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal ou Ordem de Fornecimento - OF, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(ª) \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos ou Ordem de Fornecimento - OF, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em pauta.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os fornecimentos.

Atenciosamente.

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**ANEXO III**

**MODELO A - DECLARAÇÃO PARA A SITUAÇÃO PREVISTA NA ALÍNEA “c” DO  
ITEM 10.1.1)**

A Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei,

1) **ATENDIMENTO DO ART. 27, INCISO V, DA LEI Nº 8.666/1993**, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

( ) **Ressalva:** contrata menor, a partir de quatorze, na condição de aprendiz. (em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima);

2) **DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO:**

- que até a presente data, NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU SICAF, ora apresentado para fins de habilitação na presente licitação (art. 32, § 2º Lei nº 8.666/1993);
- que não foi declarada inidônea por qualquer ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal;
- que não está impedida de licitar e contratar com a CODEVASF (art. 87, Inciso IV, da Lei nº 8.666/1993).

3) **CUMPRIMENTO DO ART. 4º, INCISO VII, DA LEI 10.520/2002**, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital;

4) **DE CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** ter recebido os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**Cidade, data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**ANEXO III**  
**MODELO B - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

6ª/SL

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**ANEXO III**  
**MODELO C - DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU**  
**EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

O (os) Empresário/os sócios  
....., da empresa  
.....,  
com sede a  
....., na  
cidade de

.....,  
Estado de ....., vem declarar que:

O movimento da receita bruta anual da empresa não excede aos limites fixados no art. 3º. da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Local e data:

Assinatura (s) com a indicação do nome completo do (s) empresário/sócios;

---

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**ANEXO IV**  
**ORDEM DE FORNECIMENTO**  
**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

6ª/SL

**ANEXO V**

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

<b>EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 04/2017-6ª/SR</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE</b>			
Razão Social:			
Endereço:		Número:	
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
CNPJ/MF:		Inscrição Estadual:	
Telefone:	Fax:	E-mail:	
<b>REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DE CONTRATO OU ORDEM DE FORNECIMENTO</b>			
Nome:		Cargo:	
Nacionalidade:	Estado Civil:	Profissão:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:		Número:	
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	Fax:	E-mail:	
Local e Data: _____, ___/___/____.		Assinatura do Representante Legal:	
<b>ANEXOS:</b> 1. RG e Identidade do Representante Legal; 2. Documento outorgando poderes de representação.			

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI  
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª/SL

**ANEXO VI**  
**GUIA DE RETIRADA DE EDITAL**

	GUIA DE RETIRADA DE EDITAL	<b>EDITAL Nº 04/2017</b> <b>(PREGÃO ELETRÔNICO)</b>	
Documentos Constitutivos			
<p><b>OBJETO:</b> Contratação de empresa(s) para fornecimento, transporte, carga e descarga de Geomembranas em PEAD de 1 mm, tipo lisa e texturizada, para impermeabilização de Reservatório de Compensação do perímetro Irrigado de Mandacarú, localizado no Município de Juazeiro/BA, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.</p>			
Dados para correspondência – informados pela licitante			
EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:
TELEFONE:		FAX:	
CNPJ:	E-mail:		
VALOR R\$ _____ ( _____ ) Observação: O Edital e Anexos retirados nos sítios da CODEVASF: <a href="http://www.codevasf.gov.br">www.codevasf.gov.br</a> e do Comprasnet: <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> são gratuitos.			
Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos.  Pela licitante:  <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-end;"> <div style="width: 45%;">           _____            Assinatura         </div> <div style="width: 45%; text-align: right;">           DATA: ____/____/____.         </div> </div>			